



Versões Brasileiras da Conquista Lusitana: por uma análise das mutações da consciência histórica em livros didáticos de história no contexto da aprovação da Lei 11.645/08

Versiones brasileñas de la conquista lusitana: hacia un análisis de las mutaciones de la conciencia histórica en los libros de texto de historia en el contexto de la aprobación de la Ley 11.645/08

Gregory Ramos Oliveira

Adriana Duarte Leon

Instituto Federal Sul-Rio-Grandense (IFSUL)

Pelotas/RS - Brasil

Resumo

Este artigo analisa as transformações em livros didáticos de História publicados no contexto da aprovação da Lei nº 11.645/2008, tomando como eixo comparativo as narrativas sobre a chegada dos lusitanos à América. O corpus é composto por diferentes títulos e edições da editora Moderna destinados ao Ensino Médio. Parte-se da compreensão do livro didático como produto cultural atravessado por disputas sociais e por regulações estatais. A análise comparativa indica modificações discursivas sutis nas obras posteriores a 2008, sugerindo processo gradual de adaptação à legislação, sem ruptura estrutural na matriz narrativa predominante.

Palavras-chave: Consciência histórica; Livros didáticos de história; Colonização do Brasil.

Resumen

Este artículo analiza las transformaciones en libros de texto de Historia publicados en el contexto de la aprobación de la Ley nº 11.645/2008, tomando como eje comparativo las narrativas sobre la llegada de los lusitanos a América. El corpus está compuesto por diferentes títulos y ediciones de la editorial Moderna destinados a la Educación Secundaria. Se parte de la comprensión del libro de texto como producto cultural atravesado por disputas sociales y regulaciones estatales. El análisis comparativo indica modificaciones discursivas sutiles en las obras posteriores a 2008, lo que sugiere un proceso gradual de adaptación a la legislación, sin ruptura estructural en la matriz narrativa predominante.

Palabras clave: Conciencia histórica; Libros de texto de historia; Colonización de Brasil.

Introdução

A ampliação do acesso aos meios digitais de comunicação tem intensificado a circulação de narrativas sobre o passado, muitas vezes desvinculadas dos procedimentos metodológicos próprios da pesquisa histórica. Esse fenômeno tem contribuído para a relativização do conhecimento histórico no espaço público, tensionando a função social do historiador e do professor de História, especialmente no que se refere à mediação crítica entre passado e presente.

Embora interpretações leigas do passado sempre tenham coexistido com a produção historiográfica profissional, a expansão das redes digitais potencializou a difusão de versões não fundamentadas metodologicamente, ampliando disputas em torno da legitimidade da narrativa histórica. Nesse contexto, reforça-se a importância da escola como espaço institucionalizado de produção de conhecimentos científicos.

É nesse contexto que a produção e circulação de narrativas históricas no espaço escolar assume centralidade na formação da consciência histórica dos estudantes. No caso brasileiro, os livros didáticos de História desempenham papel estratégico nesse processo, uma vez que são amplamente utilizados nas redes públicas e privadas de ensino e passam por mecanismos de regulação estatal, especialmente por meio dos programas nacionais de avaliação e distribuição de obras didáticas.

Nas últimas décadas, transformações nas políticas educacionais — particularmente aquelas relacionadas às ações afirmativas — incidiram diretamente sobre o currículo e os conteúdos escolares. A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornaram obrigatórios o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas, constitui marco relevante ao estabelecer a necessidade de revisão de abordagens tradicionalmente centradas em perspectivas eurocêntricas e marcadas por silenciamentos históricos.

Considerando o livro didático como produto cultural situado, resultante de disputas simbólicas e mediado por relações entre Estado, editoras e autores, é plausível supor que alterações legislativas dessa natureza repercutam, ainda que gradualmente, nas narrativas escolares. Nesse sentido, este estudo parte da seguinte questão de pesquisa: em que medida a aprovação da Lei nº 11.645/2008 implicou transformações nas narrativas sobre a chegada dos portugueses à América em livros didáticos de História destinados ao Ensino Médio?

O objeto de análise consiste nas descrições da chegada dos lusitanos à costa americana em obras publicadas pela editora Moderna nos anos de 2007 e 2010, selecionadas a partir do acervo do Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal de Pelotas (LEH-UFPel)¹. O recorte cronológico permite comparar edições anteriores e posteriores à promulgação da Lei nº 11.645/2008, possibilitando observar continuidades e eventuais deslocamentos discursivos.

Parte-se da hipótese de que as modificações identificadas nas edições posteriores a 2008 configuram ajustes discursivos pontuais — como redefinições de subtítulos, reorganizações temáticas e ampliação de problematizações —, mas não representam ruptura estrutural com a matriz narrativa centrada no protagonismo europeu. Busca-se, assim, identificar indícios de mutação na forma de narrar a colonização e delimitar o alcance dessas transformações.

Do ponto de vista teórico, a análise apoia-se no conceito de consciência histórica, conforme desenvolvido por Rüsen (2001, 2022) e debatido por Cerri (2011), compreendendo-a como conjunto de operações mentais que orientam a interpretação do tempo histórico e a atribuição de sentido ao passado. Ao examinar as narrativas didáticas, pretende-se compreender como determinadas formas de representação da conquista participam da construção de sentidos históricos no espaço escolar.

O artigo organiza-se da seguinte forma: inicialmente, apresenta-se a fundamentação teórica que articula Didática da História, consciência histórica e políticas do livro didático; em seguida, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados; posteriormente, desenvolve-se a análise comparativa das obras selecionadas; por fim, apresentam-se as considerações finais acerca das permanências e transformações identificadas.

Fundamentação Teórica

Compreender os processos de elaboração das obras analisadas perpassa pela percepção de que existem especificidades no ensino e aprendizagem da disciplina de História. Nesse sentido, o conceito de *Didática da História* é capaz de abarcar tais aspectos da relação diacrônica desenvolvida a partir do contato de indivíduos do presente com vestígios da experiência humana pretérita e de seu próprio contato com o futuro. Em suma, as:

[...] sociedades modernas, bem como todas as sociedades, precisam iniciar um processo de aprendizado no qual a geração mais jovem assuma a orientação cultural das mais antigas. Isso era relativamente fácil nas culturas mais antigas, mas nas

Versões Brasileiras da Conquista Lusitana: por uma análise das mutações da consciência histórica em livros didáticos de história no contexto da aprovação da Lei 11.645/08

culturas modernas tem de ser feito profissionalmente. E os profissionais são os professores. *A didática representa o profissionalismo do ensino e da aprendizagem da história. Tudo depende dela. Se nos afastarmos da estruturação de uma aula de História e da necessidade de uma continuidade intergeracional de orientação histórica, não haverá mais didática da história. Ainda haverá narrações, já que elas possuem outras funções* (Rüsen, 2022, p. 32-33, grifos nossos).

Embora o historiador/professor seja o responsável pelo aprendizado histórico, ele não detém o monopólio sobre as narrações do passado e nesta lógica deve considerar o contexto dos estudantes como recurso metodológico. É preciso que o docente tenha ciência de que o aprendizado histórico em sala de aula é apenas uma dentre várias dimensões da apropriação do passado e elaboração de conhecimento histórico por indivíduos no presente.

Conforme Rüsen (2001, 2022), a consciência histórica pode ser compreendida como o conjunto de operações mentais por meio das quais os indivíduos interpretam a experiência temporal e orientam sua vida prática no tempo. Trata-se de uma competência narrativa que articula passado, presente e futuro, conferindo inteligibilidade às experiências históricas. No âmbito escolar, essa competência é mediada por práticas pedagógicas e materiais didáticos, que participam ativamente da construção de sentidos sobre o passado.

Para os fins deste estudo, a consciência histórica é tomada em sua dimensão narrativa: interessa observar como determinados modos de contar a chegada dos portugueses à América organizam sujeitos históricos, qualificam moralmente o evento e estruturam relações entre alteridade e identidade. Nesse sentido, não se busca classificar níveis de consciência histórica, mas identificar possíveis deslocamentos nas matrizes narrativas presentes nas obras analisadas.

A Didática da História, entendida como campo que investiga as condições de ensino e aprendizagem histórica, assume papel central nesse debate. Como destaca Rüsen (2022), as sociedades modernas dependem de processos institucionalizados de transmissão cultural, nos quais a escola desempenha função estruturante. O ensino de História, portanto, não apenas comunica informações sobre o passado, mas constrói a orientação cultural das novas gerações. O livro didático, nesse contexto, ocupa posição estratégica. Conforme Choppin (2004, 2012), trata-se de um produto simultaneamente pedagógico, cultural e político. Sua elaboração resulta da interação entre autores, editoras e instâncias estatais de regulação, configurando-se como espaço de disputa simbólica. Ao mesmo tempo em que expressa

escolhas historiográficas e pedagógicas, o livro escolar também responde a exigências curriculares e a critérios de avaliação definidos pelo Estado.

No caso brasileiro, a consolidação de políticas públicas de avaliação e distribuição de livros didáticos, especialmente por meio do PNLD e de seus programas predecessores, ampliou a centralidade do Estado como mediador entre produção editorial e escola. Pesquisas recentes indicam que, a partir da década de 2010, os critérios de avaliação passaram a enfatizar com maior rigor a abordagem da diversidade cultural, a problematização de preconceitos e a adequação às legislações afirmativas (Matos, 2012; Munakata, 2016; Albuquerque e Ferreira 2019). Tal movimento reforça a hipótese de que alterações normativas podem repercutir na construção narrativa dos conteúdos escolares.

A promulgação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 constitui marco nesse processo. Ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e dos Povos Indígenas, a legislação tensiona matrizes interpretativas historicamente consolidadas no currículo escolar. Nesse sentido, a análise das narrativas sobre a chegada dos portugueses à América torna-se particularmente significativa, pois esse evento frequentemente ocupava posição de “mito de origem” na história nacional.

A noção de colonialidade, ainda que não constitua eixo central deste estudo, contribui para compreender a persistência de estruturas narrativas centradas no protagonismo europeu. Conforme autores do pensamento decolonial, a colonialidade do poder e do saber implica a naturalização de hierarquias culturais e epistemológicas que privilegiam perspectivas eurocêntricas (Quijano, 2005). No âmbito do livro didático, tal lógica pode manifestar-se na centralização da experiência europeia como referência normativa e na representação dos povos originários como alteridade passiva.

Desse modo, a investigação proposta articula três dimensões analíticas: a formação da consciência histórica por meio da narrativa escolar; o papel do livro didático como mediador político e cultural e a influência de políticas afirmativas na reorganização dos conteúdos. A partir dessa articulação teórica, busca-se compreender se as edições posteriores a 2008 apresentam indícios de deslocamento na forma de narrar a conquista — seja pela redefinição de sujeitos históricos, pela ampliação de perspectivas ou pela problematização de categorias tradicionais — ou se predominam continuidades estruturais na matriz narrativa.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, mobilizando o método comparativo como estratégia analítica principal (Lakatos, Marconi, 1992; Kocka, 2003). O corpus é composto por três obras didáticas de História destinadas ao Ensino Médio, publicadas pela editora Moderna nos anos de 2007 e 2010, disponíveis no acervo do Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal de Pelotas (LEH-UFPel).

Enquanto a pesquisa bibliográfica tem, dentre suas vantagens, “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos” (Gil, 2002, p. 45), a análise comparada possibilita a identificação de processos comuns em mais de um objeto ou contexto. No caso desta investigação, discrimina as descrições na redação dos referidos livros didáticos de História.

Em suma, a combinação dos métodos supracitados permite a realização de uma análise qualitativa a partir de um corpus específico, possibilitando a construção de um panorama coerente que pauta as questões propostas neste trabalho. No campo da História, quando se emprega a abordagem qualitativa, busca-se descrever e interpretar processos a partir dos dados examinados, identificando padrões, continuidades e deslocamentos de sentido. Em outras palavras, essa modalidade de análise não se orienta pela quantificação, mas pela compreensão das relações e significados produzidos no interior do material investigado.

[...] é, portanto, a de classificar, tipologizar, reunir os dados em função de sua qualidade, de suas características – o que necessariamente exige primeiro do pesquisador uma tarefa de conceitualização –, classificando fenômenos de acordo com informações verbais ou verbalizando as informações numéricas [...]. A análise qualitativa descreve variáveis em um processo, mas não as mede, não se preocupa em, ou não chega a contabilizar os valores que essas variáveis adquirem, ainda que se possa estabelecer que há mudanças de valor (Aróstegui, 2006, p. 515).

A partir da síntese apresentada por Julio Aróstegui, compreende-se que a análise qualitativa pode contemplar diferentes técnicas e procedimentos analíticos, não se restringindo a uma única forma de investigação, como a análise de discurso ou de conteúdo. É nesse horizonte metodológico que se insere a análise comparativa adotada nesta pesquisa. Ao confrontar edições publicadas antes e depois do marco cronológico de 2008, bem como obras distintas produzidas posteriormente a esse período, busca identificar convergências e divergências capazes de evidenciar a predominância de determinados discursos na

elaboração dos livros didáticos, além de compreender como um mesmo recorte temático é abordado nas obras selecionadas.

A escolha das obras obedeceu aos seguintes critérios: a) disponibilidade no LEH-UFPeI; b) pertencerem à mesma editora, a fim de controlar variáveis relacionadas à linha editorial; c) estarem inseridas no contexto de avaliação e circulação do PNLEM/PNLD; d) apresentarem capítulos dedicados à expansão ultramarina europeia e à chegada dos portugueses à América; e) contemplarem edições anteriores (2007) e posteriores (2010) à promulgação da Lei nº 11.645/2008.

O recorte textual concentrou-se nos capítulos que abordam a expansão marítima europeia e, especificamente, nas passagens que descrevem a chegada dos portugueses ao continente americano. Foram analisados: títulos e subtítulos, textos de abertura de capítulo, excertos narrativos centrais, seções de atividades, propostas de análise documental e vocabulário empregado na qualificação do evento.

Discussão e resultados preliminares

A fim de solucionar a problemática adotada neste esforço de pesquisa, a análise comparativa foi organizada em dois eixos: comparação diacrônica entre edições de uma mesma obra (2007 e 2010) e comparação sincrônica entre obras distintas publicadas em 2010. Conforme Tabela 1, as obras incluem títulos de dois conjuntos de autores diferentes: a) Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota; e b) Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira.

Tabela 1: Obras analisadas

Autoria	Título da obra	Ano	Edição	Programa
Braick, Patrícia Ramos; Mota, Myriam Becho	História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio	2007	3	PNLEM 2007
Alves, Alexandre; Oliveira, Letícia Fagundes de	Conexões com a História Volume 1: Das Origens do Homem à conquista do Novo Mundo	2010	1	-
Braick, Patrícia Ramos; Mota, Myriam Becho	História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio	2010	2	PNLEM 2008

Fonte: Os autores, 2025.

Versões Brasileiras da Conquista Lusitana: por uma análise das mutações da consciência histórica em livros didáticos de história no contexto da aprovação da Lei 11.645/08

As obras foram previamente selecionadas conforme os critérios estabelecidos na delimitação do corpus, e, a partir desse conjunto, procederam-se transcrições sistemáticas de trechos considerados relevantes para a investigação, com vistas à posterior análise comparativa e interpretativa do material examinado. Buscou-se, observar a adequação dos títulos à legislação, cuja aplicação é indicada no *Guia de Livros Didáticos do PNLD* de 2012, sendo o cumprimento a esta solicitação um dos critérios para aprovação da obra. Todos os exemplares selecionados foram posteriormente inseridos no *Programa Nacional de Livros Didáticos* (PNLD) que, a partir de 2011, passa a incluir obras dedicadas ao ensino médio. Contudo, em virtude de nosso recorte cronológico (2007 e 2010), fazemos menção somente ao *Programa Nacional de Livros Didáticos para o Ensino Médio* (PNLEM), mecanismo antecessor imediato da seção do PNLD voltada para a última etapa da formação básica.

Há dois eixos principais de comparação em nossa análise. Partindo da localização dos volumes, das mesmas temáticas (o começo da colonização lusitana) e mesma editora (Moderna)ⁱⁱ, comparamos duas obras de dois conjuntos de autores em dois momentos da Nova República. A obra *História: Das Cavernas ao Terceiro Milênio* (2007, 2010)ⁱⁱⁱ, elaborado por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota e a obra *Conexões com a História, Volume 1: Das Origens do Homem à Conquista do Novo Mundo* (2010)^{iv}, elaborados por Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira. A dupla possibilidade de análise entre volumes elaborados por autores diferentes no mesmo recorte temporal e edições distintas da produção dos mesmos autores permite observar com certa acuidade a distinção de diferentes versões da chegada dos lusitanos ao continente, considerando que o recorte cronológico compreende edições anteriores e posteriores à 2008. Nesse sentido, após breve preâmbulo, a próxima seção lida com a última dessas possibilidades comparativas, isto é, a análise entre a produção dos mesmos autores em recortes cronológicos distintos.

Visões de mundo em contraste nas edições da obra de Braick e Mota (2007 e 2010)

Possuindo o mesmo título (*A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo*) o décimo quarto capítulo de *BM1* e *BM2* inicia com comparações que partem do contexto contemporâneo para o objeto de análise. Analisaremos a primeira parte do capítulo, que se ocupa em discorrer sobre os antecedentes e o princípio do empreendimento colonial.

Há de ser mencionado que a comparação entre contextos aparentemente distintos (o princípio do século XXI e o final do século XV), em textos referidos na apresentação do volume

BM2 como *Abertura de capítulo* (Braick, Mota, 2010, p. 3), é um dos primeiros itens a corroborar a interpretação da função cultural e ideológica do livro didático. De acordo com Choppin (2004, p.553),

[a] partir do século XIX, com a constituição dos estados nacionais e com o desenvolvimento, nesse contexto, dos principais sistemas educativos, o livro didático se afirmou como um dos vetores essenciais da língua, da cultura e dos valores das classes dirigentes. Instrumento privilegiado de construção de identidade, geralmente ele é reconhecido, assim como a moeda e a bandeira, como um símbolo da soberania nacional e, nesse sentido, assume um importante papel político. Essa função tende a aculturar – e, em certos casos, a doutrinar – as jovens gerações, pode se exercer de maneira explícita, até mesmo sistemática e ostensiva, ou, ainda, de maneira dissimulada, sub-reptícia, implícita, mas não menos eficaz.

Considerando o impacto do contexto sobre a produção didática, é importante, então, perceber certa permanência, ainda no século XXI, de uma visão que de certa forma qualifica o empreendimento colonial como uma épica façanha. Desconsiderar a colonização em seus aspectos violentos, ignorando que a chegada dos ibéricos ao continente tratou-se do princípio de um dos maiores genocídios da história humana já seria problemático o suficiente, e deve ser considerado como sintoma da concepção de uma identidade brasileira (no singular) fruto de um empreendimento qualificado de forma positiva.

As partes que o capítulo 14 do BM1 e BM2 dedicam às navegações ibéricas se encontram divididas da seguinte forma:

Quadro 1: Capítulo 14: A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo

	BM1 (2007)	BM2 (2010)
Abertura de capítulo	A globalização (p. 170-171)	A colonização da Lua (p. 219-220)
Tópicos e subtópicos	O grande apelo do desconhecido (p. 171-173) A visão europeia representada nos mapas (p. 173) Inferno e paraíso (p. 174) O expansionismo ibérico (p. 174-176) - Repensando a viagem de Cabral (p. 176) O encontro entre as duas culturas (p. 177) - O olhar sobre o desconhecido (p. 178)	O grande apelo do desconhecido (p. 220-222) A visão europeia representada nos mapas (p. 222) O expansionismo ibérico (p. 223-225) - Repensando a viagem de Cabral (p. 225) O encontro entre europeus e americanos (p. 226) - O olhar europeu sobre o desconhecido (p. 227-228)
Análise o documento	<i>Não consta nesta edição</i>	Portugueses e indígenas (p. 227)

Versões Brasileiras da Conquista Lusitana: por uma análise das mutações da consciência histórica em livros didáticos de história no contexto da aprovação da Lei 11.645/08

Fonte: Os Autores, 2025.

Ainda que, à primeira vista, a existência de um tópico em *BM1* (*Inferno e paraíso*) pareça ter sido suprimido em *BM2*, houve a reorganização do conteúdo. As principais diferenças estão, entretanto, não somente nesta passagem, mas no deslocamento de uma ilustração e na reelaboração da *Abertura do capítulo*. Na edição de 2010, ocorre uma alteração na proposta de exercício intitulada: “*Analise o documento*” e na Reescrita de dois tópicos e subtópicos relacionados: *O encontro entre duas culturas em BM1* tornou-se *O encontro entre europeus e americanos*, enquanto *O olhar sobre o desconhecido* foi redigido para *O olhar europeu sobre o desconhecido*. Iremos discorrer sobre tais modificações adiante.

O que há de similar, entretanto, se trata do teor geral do capítulo 14. Apesar de diversos deslocamentos de conteúdo entre os tópicos, a “grande narrativa” do empreendimento colonial mantém-se entre as obras, conforme possível de ser constatado ao observarmos o quadro abaixo:

Quadro 2: Descrição geral dos tópicos alterados no Capítulo 14

Tópicos	BM1 (2007)	BM2 (2010)
A visão europeia representada nos mapas	Mapas da Modernidade e descrições alternativas	Mapas da Modernidade [exclusão das descrições alternativas]
Inferno e paraíso	Religiosidade como força motriz do empreendimento colonial; Motivações financeiras para o expansionismo (metais para moedas, rotas comerciais mais lucrativas)	[Reorganizada para a tópico ‘O olhar europeu sobre o desconhecido’]
O expansionismo ibérico	A expansão como necessidade diante da queda de Constantinopla; Cronologia das conquistas portuguesas e, em menor escala, de outras nações europeias, ao longo do século XV e XVI; Teorias alternativas à chegada de Cabral.	As navegações como empreendimento financiado pelas elites e pela Igreja; A necessidade de metais e especiarias como necessidade; Efeitos do empreendimento colonial na Europa e América; A expansão como necessidade diante dos monopólios muçulmano e de cidades-estado itálicas; Cronologia das conquistas portuguesas e, em menor escala, de outras nações europeias, ao longo do século XV e XVI;

		Teorias alternativas à chegada de Cabral.
O encontro entre as duas culturas/O encontro entre europeus e americanos	As navegações como empreendimento financiado pelas elites e pela Igreja; A necessidade de metais e especiarias como necessidade; Efeitos do empreendimento colonial na Europa e América.	Efeitos do empreendimento colonial na Europa e América.
O olhar sobre o desconhecido/ O olhar europeu sobre o desconhecido	Comparação entre quatro excertos de fontes ressaltando os pontos de vista dos nativos e dos europeus	Religiosidade como força motriz do empreendimento colonial; Motivações financeiras para o expansionismo (metais para moedas, rotas comerciais mais lucrativas)

Fonte: Os autores, 2025.

A narrativa impressa nos excertos do capítulo 14 apresenta a seguinte lógica: no século XV, os ibéricos enfrentaram diversos desafios de ordem econômica. Somando-se ao apoio das elites e do próprio “espírito aventureiro”, alimentado pelo contato com as “maravilhas” presentes nos relatos de viajantes à terras distantes, bem como o advento de especificidades tecnológicas como as caravelas, os portugueses e espanhóis lançam-se para o Atlântico, eventualmente alcançando a América. O contato é descrito como benéfico para os europeus, que viram no “novo” continente oportunidades de expansão da Cristandade e de exploração comercial. Contudo, os impactos negativos para os nativos resumem-se às epidemias que dizimaram populações em todo o continente^v, a partir de um trecho de *História das colonizações* (Ferro, 1996 *apud* Braick, Mota, 2007), presente nas duas edições. Não há menções à escravização dos povos originários e a conversão ao cristianismo não é problematizada.

Além da manutenção de uma narrativa de certa forma comum, os aspectos divergentes se ocupam de dois eixos principais: as contextualizações entre passado e presente e a questão da posição dos pontos de vista nas narrativas do capítulo selecionado.

Globalização e Colonização

Ambos textos de abertura presentes nas versões distintas do capítulo 14 se ocupam de concretizar o exposto. Em *BM1*, além de um parágrafo de outra obra da editora Moderna, há uma comparação entre a globalização do princípio do século XXI e o contexto colonial do

século XV e XVI. Enquanto a citação utilizada como epígrafe do capítulo realiza não somente uma projeção da globalização para o século XVI, avançando inclusive para uma espécie de “neutralização” de sua abordagem^{vi}, o texto de *BM1* não se furta de demonstrar – ainda que realizando paralelo entre ambos os processos – os aspectos negativos da colonização.

Em que pese que o processo colonial trouxe mudanças de cosmovisão e certa integração entre hemisférios, e que tal integração possa ser comparada com o contexto de expansão irrestrita do capital em decorrência do colapso da esfera socialista após os anos 1990, os tópicos subsequentes apresentam uma visão que centraliza o ponto de vista dos europeus. Sua experiência é tomada como referencial; o outro em questão não é o oriundo do outro lado do Atlântico, mas os habitantes do lado de cá, homogeneizados sob as palavras-chave indígenas ou ainda índios^{vii}.

A comparação entre o empreendimento colonial e a globalização é substituída, em *BM2*, por um texto ainda mais sucinto, que parte da comparação entre a Corrida Espacial do século XX e as navegações do século XV. Ainda que não explicitamente, a obra compara o desenvolvimento dos programas espaciais estadunidense e soviético com o avançar das potências ibéricas sobre o Atlântico, qualificando ambas como “aventuras” (Braick, Mota, 2010, p. 220) motivadas por questões não somente comerciais, mas também políticas. Ademais, o emprego da expressão *aventura* ocorre em consonância com outras representações que qualificam positivamente um empreendimento que resultou em um dos mais profundos e longínquos genocídios. A percepção da violência colonial como parte de um grande feito – vide o emprego da expressão *grandes navegações* –, resquício de uma historiografia laudatória do processo colonial que considera o ponto de vista do colonizador como referência. A definição de posições é uma das alterações identificadas em *BM2*, ao que é importante discorrermos sobre as descrições de encontros e olhares, conforme discutiremos adiante.

Encontros e Olhares

A problemática presente na descrição aparentemente lúdica do empreendimento colonial parece ter sido uma problemática identificada na redação, principalmente nos momentos em que o europeu é tomado como referência. A adaptação dos subtítulos *O encontro entre as duas culturas/O encontro entre europeus e americanos* e *O olhar sobre o*

desconhecido/O olhar europeu sobre o desconhecido parece ter sido elaborado para responder a duas perguntas: encontro *entre quais* culturas e o olhar *de quem* sobre o dito desconhecido.

Quando comparados, os trechos do capítulo 14 das obras *BM1* e *BM2* demonstram avanços sutis no que diz respeito à promoção de novos pontos de vista sobre o mesmo contexto histórico. Não há, entretanto, modificações absolutas no ponto de vista adotado sobre a conquista, que mantém, nas duas edições, ares pouco críticos ao processo que resultou no genocídio dos povos originários.

A presença de descrições específicas sobre o “descobrimento” ocorre de duas formas: através do subtópico *Repensando a viagem de Cabral*, e em passagens que colocam o termo entre aspas, sem, contudo, problematizá-lo. O apontamento de tal conceito como controverso ocorre, entretanto, na outra obra analisada.

As alterações identificadas após o esforço comparativo empregado demonstram uma sutil complexificação da interpretação do passado por autores do presente. E consideramos sutil por, principalmente, não dar conta da necessária complexificação da abordagem do princípio do empreendimento colonial e toda sua virulenta mácula sobre as populações nativas. Há, contudo, certa caracterização dos olhares sobre o contexto não mais como parte de um mito de origem do Brasil, uma narrativa que tendia à manutenção da visão de que a violência colonial se tratou de empreendimento heroico a ser celebrado. Essa tímida modificação faz sentir o contexto que estava submetido o país e, principalmente, a agência de um governo progressista (e de legislações afirmativas, como as leis 10.639/03 e 11.645/08) sobre as equipes editoriais e, conseqüentemente, sobre a elaboração dos livros didáticos pelos autores. Nesse sentido, a abordagem de edições anteriores e posteriores à 2008 demonstram que a produção didática estava, se não propriamente empenhada, ciente da necessidade de se adaptar à uma visão da história dos “*Brasis*” de forma plural e menos laudatória do processo colonial que outrora.

Versões da Conquista segundo Alves, Oliveira, Brasick e Mota (2010)

Se, anteriormente, realizamos a comparação entre edições de obras distintas dos mesmos autores, este tópico se ocupa da análise alternativa: a comparação entre volumes de autores distintos publicadas no mesmo ano. Há de ser mencionado que apenas em 2011 os livros didáticos de história do ensino médio passaram a ser incluídos no PNLD. Logo, desde 2008, a tiragem trienal das obras faz parte do PNLEM. Contudo, o volume de Alexandre Alves

Versões Brasileiras da Conquista Lusitana: por uma análise das mutações da consciência histórica em livros didáticos de história no contexto da aprovação da Lei 11.645/08

e Leticia Fagundes de Oliveira não é citada entre os livros do Catálogo do PNLEM, ao contrário de BM2^{viii}. Somente no Guia do PNLD de 2012 é que o título *Conexões com a História* perfila entre as obras resenhadas.

A descrição da expansão ultramarina ibérica ocorre, em AO1, no capítulo 10, e possui uma estrutura bastante similar às obras analisadas anteriormente. Contudo, a obra possui tópicos distintos e uma seção intitulada *Controvérsias*.

Os tópicos do capítulo 10 de AO1, intitulado *A expansão marítima europeia*, apresenta uma versão, de certa forma, pormenorizada do processo, diferenciando-se principalmente pela presença de descrições que incluem o protagonismo castelhano no empreendimento colonial. Os títulos dos tópicos e subtópicos não demonstram a mesma visão da colonização como uma *aventura*, e a presença de um fechamento voltado para a discussão de fontes são diferenciais da obra de Alves e Oliveira em comparação com Braick e Mota. Assim como nas obras anteriormente analisadas, é possível identificarmos a seguinte narrativa no capítulo 10 de AO1.

Quadro 3: Capítulo 10. Descrição geral dos tópicos

Tópicos	AO1
As grandes navegações	Adventos tecnológicos e apoio do Estado como responsáveis pelo “pioneirismo” lusitano na expansão marítima; Cartografia pautada por elementos bíblicos;
A expansão portuguesa	Cronologia do avanço português; Razões para o sucesso lusitano na expansão ultramarina;
A viagem de Colombo a serviço da Espanha	Cronologia da unificação da Espanha e de suas conquistas ultramarinas; Contextualização da mentalidade de Cristóvão Colombo; Chegada dos ibéricos à Ásia via Pacífico.
O imaginário europeu sobre o Novo Mundo	Percepção ambígua dos europeus sobre a América;
Controvérsias: O olhar europeu sobre os indígenas: da selvageria à idealização	Análise de trechos de fontes sobre pontos de vista europeus a respeito dos povos originários

Fonte: Os autores, 2025.

A versão da conquista em AO1 segue ordem bastante similar à presente no trecho do capítulo 14 observado em BM2. A redação salienta profundamente as distinções tecnológicas

como fatores que distinguiram Portugal das demais potências europeias. Tais “facilidades” se somam aos aspectos políticos do Reino de Portugal, o que de certa forma contrasta com a versão presente em *BM2*. O papel do investimento “público” na expansão ultramarina é salientado em *AO1*:

Somente os avanços técnicos, contudo, não são suficientes para explicar a expansão marítima. Para financiar viagens transoceânicas, eram necessárias grandes somas de capital. Os mercadores privados não tinham condições de financiar empreendimentos tão caros e arriscados. Para isso, era indispensável o apoio de um Estado forte e centralizado. A unificação precoce de Portugal, com a Revolução de Avis de 1385, deu aos portugueses a possibilidade de sair na dianteira nos empreendimentos marítimos. [...] o que diferenciava Portugal, e mais tarde a Espanha, das demais nações europeias era o fato de os empreendimentos marítimos terem sido obra do Estado e não da ação de particulares. Nesse sentido, a Coroa assumiu um papel ativo nessa empreitada que, durante muito tempo, foi a principal atividade econômica de Portugal (Alves, Oliveira, 2010, p. 247).

Já em *BM2*, percebem-se referências a questões como o investimento, de certa forma “privado”, além de questões já discutidas no tópico anterior:

Os projetos de expansão marítima dos portugueses e espanhóis atendiam aos interesses de diversos grupos sociais e instituições que compunham a sociedade ibérica, visto que lhes oferecia uma saída para a retração econômica e outros aspectos da crise da ordem feudal. As grandes navegações receberam apoio financeiro da nobreza e da burguesia, interessadas na exploração de outras terras e no alargamento do comércio, e também dos reis, desejosos de encontrar novas fontes de renda. [...] O pioneirismo português nessa “aventura marítima” pode ser explicada pelos seguintes fatores: consolidação precoce do regime monárquico; relativa escassez de recursos naturais; existência de um grupo mercantil forte e enriquecido; liderança em tecnologia náutica; desejo de agradar a Deus com a conversão dos pagãos (indivíduos que ainda não haviam sido batizados); e o espírito de aventura dos navegadores (Braick, Mota, 2010, p. 223, grifos nossos).

As referências ao avanço castelhano atenuam a impressão de que a conquista de parte do Atlântico seria um “destino manifesto” lusitano. Na obra de Alves e Oliveira há igualmente referências à cosmovisão herdada do contexto pré-moderno, utilizando-se de Colombo como exemplo de tal visão de mundo. O capítulo não se limita, contudo, ao navegador genovês, mas também cita Fernão de Magalhães. A religiosidade é descrita como instrumento auxiliar do empreendimento colonial, retratado aqui com vênua mais apropriada que em *BM2*, conforme trecho a seguir:

A descoberta de novas terras e povos, considerados estranhos e exóticos pelos europeus, excitou a imaginação dos conquistadores. [...] Procurava-se por animais fabulosos e monstros marinhos, descritos nos bestiários da época, e se discutia se os

Versões Brasileiras da Conquista Lusitana: por uma análise das mutações da consciência histórica em livros didáticos de história no contexto da aprovação da Lei 11.645/08

índios eram ou não humanos e se tinham ou não uma alma racional. [...] A função missionária de levar o evangelho para povos considerados selvagens e pagãos e a intenção de civilizá-los *acobertam a monstruosidade da exploração colonial, a escravização dos índios e a pilhagem de suas riquezas* (Alves, Oliveira, 2010, p. 250, grifo nosso).

Discussões sobre dicotomias legadas ao pensamento ocidental (*civilização* ou *barbárie*, *bom* ou *mau* “*selvagem*”) permeiam as etapas finais do capítulo, em seções que possuem fontes e questões voltadas aos discentes. A similaridade entre usos acrílicos (que beiram o laudatório) se encerra no uso do conceito de *grandes navegações*; o mesmo é possível dizer sobre o termo *descoberta* – mas não sobre *descobrimento*, termo praticamente inexistente nas obras de 2010.

Apontamentos Preliminares

Este estudo buscou analisar em que medida a promulgação da Lei nº 11.645/2008 implicou transformações nas narrativas sobre a chegada dos portugueses à América em livros didáticos de História destinados ao Ensino Médio, tomando como corpus obras da editora Moderna publicadas em 2007 e 2010.

A análise comparativa evidenciou que as modificações identificadas nas edições posteriores à legislação configuram ajustes discursivos pontuais. Observam-se alterações em subtítulos, reorganização temática, ampliação de atividades de análise documental e maior explicitação dos sujeitos históricos envolvidos no processo colonial. Em alguns casos, nota-se também ampliação da problematização da exploração econômica e da atuação missionária. Entretanto, tais mudanças não representam ruptura estrutural na matriz narrativa predominante. A organização do relato permanece centrada, majoritariamente, no protagonismo europeu, com inserção limitada das experiências indígenas e africanas como sujeitos históricos dotados de agência. Desse modo, confirma-se a hipótese inicial de que as alterações observadas correspondem a deslocamentos incrementais, e não a uma reconfiguração substantiva da narrativa histórica escolar.

À luz do conceito de consciência histórica adotado, os resultados indicam que há indícios de ampliação da problematização do evento colonial, mas sem transformação profunda da estrutura narrativa que orienta a interpretação do passado. As permanências observadas sugerem que mudanças legislativas, embora relevantes, não operam automaticamente reestruturações integrais nas formas de representação histórica presentes nos livros didáticos.

Importa ressaltar que os achados estão circunscritos ao corpus analisado, não sendo generalizáveis ao conjunto da produção didática nacional. Trata-se de um estudo que permite levantar hipóteses sobre os limites e possibilidades de transformação narrativa em contexto de regulação estatal.

Pesquisas futuras poderão ampliar o escopo da análise, incorporando outras editoras, diferentes períodos de avaliação do PNLD e investigações sobre recepção escolar, de modo a aprofundar a compreensão acerca das relações entre política educacional, produção editorial e formação da consciência histórica.

Referências

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; FERREIRA, Andrea Tereza Brito. **Programa nacional do livro didático (PNLD):** mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula.

DECLARAÇÃO DE DURBAN. **Declaração e Programa de Ação.** 2001. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/declaracao-de-durban>. Acesso em: 12 dez. 2024.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2018.

FINGER, Vinícius. História, mídia digital e anticiência: a quimera narrativa do canal Brasil Paralelo. **Historiæ**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 83–104, 2022. Disponível em: <https://furg.emnuvens.com.br/hist/article/view/13477>. Acesso em: 13 dez. 2024.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de História:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BRASIL. **Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História.** Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/phocadownload/programas/Livro_Didatico_PNLD/Guias/PNLD_2012/GuiaPNLD2012_HISTORIA.pdf. Acesso em: 17 nov. 2024.

GRUZINSKI, Serge. O historiador, o macaco e a centaura: a “história cultural” no novo milênio. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 321-342, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9960>. Acesso em: 18 nov. 2025.

KOCH, Alexander; BRIERLEY, Chris; MASLIN, Mark M.; LEWIS, Simon L. Earth system impacts of the European arrival and Great Dying in the Americas after 1492. **Quaternary Science Reviews**, v. 207, p. 13-36, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0277379118307261>. Acesso em: 18 nov. 2024.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and Theory**, v. 42, n. 1, p. 39-40, fev. 2003.

Versões Brasileiras da Conquista Lusitana: por uma análise das mutações da consciência histórica em livros didáticos de história no contexto da aprovação da Lei 11.645/08

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

MARTINS, Diego Silva. O revisionismo histórico da Brasil Paralelo: alguns apontamentos e possibilidades de enfrentamento. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, v. 15, n. 20, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/220575>. Acesso em: 13 dez. 2024.

MATOS, José Silva. A História nos livros didáticos: o papel das políticas governamentais na produção veicular do saber histórico. **Historiæ**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 51-74, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3152>. Acesso em: 23 mar. 2026.

MATOS, José Silva; SENNA, Adriana Kivanski. Estado, editoras e ensino: o papel da política na produção, avaliação e distribuição dos livros didáticos de História no Brasil (1938-2012). **Revista História Hoje**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 213-240, 2013. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/rhhj/article/view/97>. Acesso em: 23 mar. 2024.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático como mercadoria. **Pró-Posições**, Campinas, v. 23, n. 3, p. 51-66, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642828>. Acesso em: 23 mar. 2024.

PINSKY, Jaime et al. (org.). **O ensino de história e a criação do fato**. São Paulo: Contexto, 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

ROSA, Flávia Maria Silva Costa da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257-277, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/58523>. Acesso em: 19 set. 2024.

RÜSEN, Jörn. Sobre alguns fundamentos teóricos da didática da história. In: OLIVEIRA, Maria Margarida Dias de; SANTIAGO JÚNIOR, Francisco das Chagas Fernandes; LIMA, Carlos Roberto Cirne (org.). **Jörn Rüsen: teoria, historiografia, didática**. Ananindeua: Cabana, 2022. p. 28-48.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 2, p. 7-16, jul./dez. 2006. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092006000200002. Acesso em: 23 mar. 2026.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. Iberismo e luso-tropicalismo na obra de Gilberto Freyre. **História da Historiografia**, v. 5, n. 10, p. 75–93, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8642828>. Acesso em: 23 mar. 2026.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; PERLATTO, Fernando. Cidadania no tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 551-590.

Notas

ⁱ A escolha de livros da mesma editora (Moderna) para análise reside na quantidade expressiva de volumes presentes no acervo do LEH-UFPel, correspondentes a 23,75% dos 181 volumes, abarcando o recorte cronológico e temático abordado. Sobre a editora Moderna, ver Cassiano (2005, p. 298).

ⁱⁱ Britto (2011) ressalta que a editora Moderna havia sido incluída no grupo espanhol Santillana já nos primeiros anos do século XXI. Quase dez anos depois, a situação havia se modificado em alguns pontos sensíveis. A partir da segunda década do século XXI, o grupo Prisa/Santillana controlava as editoras Moderna, Salamandra, Richmond e Santillana Español, além de outros empreendimentos que mesclam capital e educação, tais como a Unoi Educação, a Fundação Santillana, o Sistema Farias Brito, a Avalia Educacional, a plataforma *Smart Lab*, e o *Educate Bilingual Program* (Souza; Moreira, 2020, p. 435).

ⁱⁱⁱ Referidos, doravante, como *BM1* e *BM2*.

^{iv} Referido, doravante, como *AO1*.

^v Estudo publicado recentemente aponta que o morticínio causado pela colonização levou à morte, entre 1492 e 1600, de 90% da população nativa das Américas, o que foi estimado como um verdadeiro genocídio de aproximadamente 55 milhões de pessoas. Tal impacto pode ter levado inclusive ao declínio da temperatura global verificado no século XVII (Koch et al, 2019).

^{vi} “A globalização em si não é boa nem má, o problema é como se implanta esse processo que, hoje, acelerado pela tecnologia, cria novas relações sociais, provoca traumas econômicos e amplia os contrastes entre a miséria e a abundância” (Chiavenato, 2004 *apud* Braick, Mota, 2007, p. 170). Sobre a comparação entre globalização e outros conceitos como mundialização e ocidentalização, a partir da expansão pluricontinental da Monarquia Católica (isto é, o império luso-castelhano durante a União Ibérica), ver Gruzinski (2003).

^{vii} Fruto do equívoco ibérico entre as Antilhas e a Ásia, “[o] termo “índio” insere-se em um discurso que faz da palavra um atributo, um artifício relacionado a domesticação, em que todas as diferenças e particularidades se desfazem em meio, e contrapondo-se ao discurso universalista do homem branco, civilizado, letrado e cristão” (Rosa, 2015, p. 264).

^{viii} Há toda uma série de inquirições possíveis sobre os motivos por trás de tal ausência, como a possibilidade de não terem cumprido com os critérios de aprovação do programa de distribuição de livros didáticos específicos.

Sobre os autores

Gregory Ramos Oliveira

Bacharel em História pela UFPEL, atualmente é Mestrando em História na UFPEL e discente do Curso de Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados no Instituto Federal Sul Rio-Grandense.

E-mail: gramosoliv@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1617-6193>

Adriana Duarte Leon

Possui graduação em Pedagogia, graduação em História, Mestrado e doutorado em Educação. Atualmente é professora do Instituto Federal Sul Rio-Grandense e atua junto ao Curso de Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados e junto ao Programa de Pós-graduação em Educação - Doutorado e Mestrado Profissional em Educação e Tecnologia. Desenvolve estudos com ênfase em História da Educação, Ensino de História, Educação Técnico Profissional e Profissão Docente.

E-mail: adriana.adrileon@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0791-7359>

Recebido em: 14/04/2025

Aceito para publicação em: 25/02/2026